

ESCUTAR COM O CORPO IMERSO NA LAMA: CULTIVANDO COMUNS E MARISCANDO FERRAMENTAS DE CUIDADO FEMINISTAS

Luísa Horn de Castro Silveira¹
Michele de Freitas Faria de Vasconcelos²

RESUMO

Nesse artigo, que alinhava luta social e ambiental, abordamos três pistas-afirmações para mariscar uma político-clínica popular sustentada pela escuta entre e com mulheres, como prática feminista de geração e manutenção de comuns. Tais pistas-afirmações foram colhidas no acompanhamento de marisqueiras em seus territórios de vida por meio de uma rede de extensão-pesquisa que, desde 2019, trama com elas, mulheres na academia e mulheres de outros movimentos sociais, modos de conhecer, lutar e cuidar, entremeando-os. Seguindo os rumores das mulheres, dos manguezais, das águas e das terras sergipanas, estamos experimentando a construção de uma formação de escutadeiras, defensoras populares do corpo-território, tomando a escuta como estratégia político-clínica de lideranças femininas e feministas. O popular, aqui, ganha o sentido de abrir mão dos especialismos e da segurança da cidade universitária, para ganhar a confiança do chão em que se pisa, das águas em que se banha, da companhia entre mulheres que compartilham suas práticas de resistência. Mulheres que tecendo uma comunidade de (des)aprendizagem, escutam-se, reinventam-se, mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: *clínica, política, feminismos, violência contra a mulher, comunidades tradicionais.*

¹ Psicóloga. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutorado em Psicologia Social e Institucional e mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente, realiza estágio pós-doutoral no departamento de psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0001-6706-922X>. E-mail: luisahsilveira@gmail.com.

² Psicóloga. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Sergipe e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Sergipe, doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-9013-6352>. E-mail: michelevasconcelos@hotmail.com.

**LISTENING WITH THE BODY INSIDE THE MUD:
CULTIVATING COMMONS AND SHELLFISHING FEMINIST CARE TOOLS**

ABSTRACT

In this article, which intertwines social and environmental struggles, we address three guiding affirmations to shape a popular political-clinic sustained by listening between and with women, as a feminist practice of generating and maintaining commons. These guiding affirmations were gathered through following shellfish collector women in their life territories via an extension-research network that, since 2019, has been weaving together with them, women in academia, and women from other social movements, ways of knowing, fighting, and caring, interweaving them. Following the murmurs of women, mangroves, waters, and lands in Sergipe, we are about to experience the formation of listeners, popular defenders of the body-territory, taking listening as a political-clinical strategy of female and feminist leadership. The term popular here takes on the meaning of letting go of specialization and the safety of the university campus, in order to gain the trust of the ground one walks on, the waters one bathes in, and the companionship between women who share their resistance practices. Women who, weaving a community of (un)learning, listen to each other, reinvent themselves, women.

KEYWORDS: *clinic, politics, feminisms, gender-based violence, traditional communities.*

DE QUANDO AS ÁGUAS DA LUTA AMBIENTAL ENCONTRAM UM CUIDADO E UMA ESCUTA FEMINISTA

Com linhas de entremeio, esse artigo fia encontros impossíveis entre conhecimento e criação, política e clínica, ciência e ancestralidade, narrativa e oralidade, mulheres na academia e mulheres de comunidades tradicionais de Sergipe, universidade e mangue, luta feminista e luta socioambiental, e a luta pela saúde. Tais entremeios alinhavam uma perspectiva feminista territorial de cuidado, germinada por experiências de pesquisa-extensão junto ao Observatório de Violências, pela Vida de Mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais Sergipe (OPopVida/UFS), em articulação com o Movimento das Marisqueiras³ de Sergipe (MMS) e mulheres de outros movimentos sociais, não somente de mulheres, mas que envolvem a luta por territórios e/ou maretórios de vida, a luta por uma vida em comum com a terra, as águas e seus viventes.

Desde 2019 quando foi instalado, o OPopVida, germinado pelo acompanhamento das mulheres do MMS por mulheres acadêmicas na UFS, vem sendo um espaço de articulação de mulheres de movimentos sociais e de comunidades tradicionais. Mulheres que têm seu cotidiano marcado pela destruição e destituição de seus modos de vida, pela extinção gradual e cada vez mais acelerada de suas formas de existência. É que tais formas tendem a atrapalhar o progresso desenvolvimentista. Visto que se sustentam pela vida em comum com o povo, as águas e terras sergipanos, antes de serem demarcadas pelo Estado em associação com o mercado que vai privatizando e expropriando; vai entrando casas adentro, insularizando e individualizando cada vez mais a vida das mulheres Confinadas então, à lógica da família nuclear moderna imposta sobre seus corpos-territórios.

Sílvia Federici (2019), ampliando o entendimento dos constrangimentos, interdições e despojamentos capitais, apresenta os processos de cercamento, não só de terras e águas, mas refletindo também a respeito de uma privatização sócio-subjetiva que envolve a emergência da autoridade patriarcal na família. Nesse sentido, reforçando a exclusão das mulheres dos ofícios públicos, a impossibilidade de encontros e da amizade

³ A mariscagem é uma modalidade de pesca artesanal, de baixo impacto ambiental, que inclui a coleta e beneficiamento de mariscos e crustáceos em áreas de manguezais. É um ofício realizado predominantemente por mulheres. O Movimento das Marisqueiras de Sergipe é uma organização política que luta por direitos, desde o reconhecimento da mariscagem como categoria de trabalho até a defesa da vida das marisqueiras, que são alvo de violências misóginas e racistas. Essa luta passa, necessariamente, pelo combate à degradação ambiental que atinge os manguezais e ameaça a continuidade de seus modos de vida comunais, transmitidos entre gerações.

com outras mulheres - apenas se forem da família. Todo um território de vida pública e compartilhada entre mulheres torna-se murado, tomado como perigoso. Tais cercamentos incorrem no que a autora, inspirada por Marianne Hester, denomina de “feminização da pobreza”. “Com a perda do acesso a antigos meios de subsistência, tanto o poder das mulheres como as amizades femininas foram enfraquecidos” (FEDERICI, 2019, p. 81). Assim, com o cercamento de suas terras, águas e corpos, elas não têm direito de ir e vir, lhes é negado o direito comunal de existir.

O OPopVida vem tomando força e forma como um lugar de encontro entre mulheres e a vazão de suas águas. Um lugar marginal que tateia aberturas no compartilhamento entre mulheres e entre seus territórios de vida: margem embrionária pela desembocadura acadêmico-popular, político-clínica, extensão-pesquisa, ciência-ancestralidade, formação-experimentação. Um caldo marinando fazeres e saberes de mundos divergentes e ao mesmo tempo em composição. Em favor de um diálogo respeitoso entre movimentos sociais e coletivos organizados de mulheres, entre mulheres de comunidades tradicionais e mulheres na academia, frente ao enfrentamento às violências, em favor da defesa e expansão de seus corpos-territórios.

O OPopVida é espaço-tempo de luta que se verte em cuidado comunitário, comunal e acadêmico, pois se compreende que é preciso ter cuidado com os conhecimentos que são gerados, tal qual com a forma com que se produzem conhecimentos. assim como com quem desejamos compartilhá-los. Lugar de geração de conhecimentos, de luta e de cuidado que se fortalece pela socialização de saberes concretos de resistência, criação coletiva e produção colaborativa.

Os mestres e as mestras não cobram, eles ensinam para manter o conhecimento vivo. É como as águas que confluenciam: quando um rio encontra um outro rio, ele não deixa de ser um rio, ele passar a ser um rio maior (BISPO, 2024, s/p).

Com o OPopVida, fomos encontrando na universidade espaço para um saber situado, em dívida com a existência das marisqueiras e dos manguezais sergipanos. Em dívida com suas/nossas questões de vida e de morte; um saber localizado, em função não de um mundo ideal, mas das “decisões que devem ser tomadas, de algum modo, na presença de quem arcará com as consequências” (HARAWAY, 2023, p. 28). Um saber posicionado por outros saberes, que não só os científicos, com vistas a experimentar uma

cosmopolítica (STENGERS, 2023): “conjugar mundos em conexões parciais” (HARAWAY, 2023, p. 29).

Assim, as ações extensionistas e de pesquisa científica constituíram-se em aberturas para experimentações cosmopolíticas de feitura de si, de feitura de mundos, de outros modos de pesquisar, lutar e cuidar. Com o coração pulsando junto à demanda das mulheres de nossa gente, num ponto um pouco mais alto do que nossas cabeças acadêmicas (KRENAK, 2023), mais alto justamente porque rasteiro e com os pés plantados no chão em que a cabeça pensa, reflorestamos juntas o pensamento pela experimentação de uma “ecologia de práticas” (HARAWAY, 2023). Sabemos que o fazer é ontológico. Dessa forma, desaguamos naquele “Observatório das Mulheres”, como tem sido apelidado pelas marisqueiras, onde estamos a experimentar “uma nova *libido sciendi* fundamental tanto para reorientação quanto para reinvenção dos afetos políticos” (LATOUR, 2020, p. 82).

Estamos a tramar uma ciência, uma política e um cuidado pautado no paradigma feminista, diríamos (VASCONCELOS et al., 2022). Na intenção de adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019), mas também adiar a destruição das universidades públicas, das políticas públicas, do SUS, dos modos de cuidado comunitários e comunais. Aqui e ali, com essas mulheres, outras sensibilidades e curiosidades vão encontrando terrenos de vida mais férteis. Desejosas por acompanhar as mutações sociais-ambientais-existenciais-afetivas em curso, corajosas por hesitar, demorando-se, ruminando, resistindo ao afã masculinista das respostas apressadas e absolutas; desejosas por ficar com o problema, caminhando junto às mulheres e aos viventes de seus territórios (HARAWAY, 2023).

Aqueles que

‘acreditam’ ter todas as respostas para as urgências do presente são terrivelmente perigosos. Aqueles que se recusam ser a favor de alguns modos de viver e de morrer e não de outros são igualmente perigosos. Questões de fato, questões de interesse, questões de cuidado (HARAWAY, 2023, p. 81).

Agora mesmo, em solo sergipano, mangabeiras centenárias⁴ deram lugar a mais um empreendimento habitacional, justo com o nome “Mangabeiras”. “Se arrancarem as

⁴ Mangabeiras são árvores nativas, que não se plantam por mãos humanas, brotam selvagens. Seu fruto, “não se pode colher, pois o que está no pé ainda não se deu: é possível apenas catar o que já caiu do pé” (Vasconcelos; Rodrigues; Oliveira, 2023, p. 5). Mangaba boa é mangaba ‘caída’, “a que já está no chão, todo mundo sabe disso. Pode tirar do pé e esperar amadurecer? Pode, mas ela não fica tão suculenta. Pode

mangabeiras, arrancam a minha vida”, disse uma catadora de mangaba diante de tamanha destruição de seu território e de sua vida em compostagem com as mangabeiras. Neste momento, para lidar com o problema de saneamento de condomínios na zona de extensão aracajuana, está sendo construída uma grande rede de esgotos que, sem devido planejamento e tratamento, vai poluir o único rio ainda vivo e com águas próprias para o banho da capital sergipana, o Vaza-Barris.

Esse cenário brutal de intensificação dos cercamentos e extrativismos tem produzido afetos tristes e paralisias. Mas também tem acionado a urgência de abirmos mão dos especialismos para nos especializarmos na “arte de organizar a esperança” (HERNÁNDEZ; JIMÉNEZ, 2023, p. 24) e também a raiva (MOMBAÇA, 2021) junto às “tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações” (FEDERICI, 2019, p. 84).

Ao lado, portanto, das mulheres das comunidades tradicionais, traçamos um caminho de luta e pesquisa em busca de novos modos de cuidar. Um cuidado que vai aos poucos germinando por entre o cimento e por cima dos manguezais que dão corpo à cidade de Aracaju; um cuidado firmado na inegociável indissociabilidade entre cuidar de si e cuidar do território, cuidar dos comuns insistentes. Um cuidado que não se concebe descolado da luta política e socioambiental.

MAS, COMO ESCUTAR?

Nesse caminho, trilhado a muitos pés e muitas águas, a escuta surge como tema importante quando pensamos em como cuidar umas das outras. Em roda, em marcha, frente à frente, no balanço da maré, com braços apoiados em bacias a quebrar aratus⁵ e descascar camarões, com o corpo imerso na lama, seja da forma que for, o ‘fato’ é que mulheres, quando juntas, conversam. Conversando, ao se ouvirem, experimentam o cuidado como abertura das mulheridades constituídas e naturalizadas, abrem caminhos (im)possíveis para a reinvenção de si. Mulheres marisqueiras, das idas à maré às portas de suas casas no final do dia intenso de trabalho, conversam e fazem do mangue uma

tentar plantar? Pode, mas será difícil vingar – e, mesmo que assim aconteça, vai dar poucas frutas, inclusive não tão boas como as frutas nativas. A mangabeira é, em suma, uma planta que não se deixa domesticar” (VASCONCELOS; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2023, p. 5).

⁵ Tipo de caranguejo encontrado nos manguezais sergipanos.

companhia: “Ir ao mangue para mim é uma terapia, porque vou com outras mulheres, a gente passa o dia conversando”, diz uma marisqueira. Mas, como é o que se escuta nessas conversas lamacentas à beira-mar?

O exercício contra-colonial, contra-patriarcal e anticapitalista de reunir mulheres é tarefa fundamental das lideranças comunitárias. No imaginário social, quando pensamos em uma pessoa que escuta, talvez a primeira imagem seja a de um especialista - e o masculino aqui é proposital - sentado numa poltrona de consultório privado, que vai saber o que é ‘certo’ fazer face aos sofrimentos e questões ‘íntimas-individuais’ que devem ali permanecer em segredo. Talvez essa imagem venha ainda acompanhada de outra: a do diagnóstico seguido de encaminhamento psiquiátrico com prescrição medicamentosa para adoecimentos mentais.

Quando pensamos em uma pessoa que lidera, talvez a primeira imagem seja a de alguém no palanque, representando um grupo - ideia que traduz, em parte, a realidade, mas não deixa de se ancorar numa noção bastante masculina de líder. Mas as lideranças femininas que acompanhamos no OPopVida mostram que o cotidiano de liderar tem muito mais a ver com a escuta das demandas, queixas, vivências das pessoas da comunidade e, antes ainda disso, da tarefa de estimular que elas se coloquem, compartilhem e participem.

Ao acompanhar essas mulheres líderes em seus territórios, observamos que ali não pisam as cabeças especialistas psi, o que pode ser percebido como falta de cobertura do sistema de saúde. Mas também podemos tomar essa ausência como mote para as próprias mulheres organizarem uma escuta mais ampliada, menos focada na doença e na individualização de suas questões. Uma escuta aberta aos encontros entre mulheres e águas, cultivando ouvidos e corpos atentos ao fortalecimento de seus vínculos, ao exercício da exposição e confiança entre si, à experimentação da geração de comuns num mundo patriarcal que a fizeram se enxergar como rivais. Nesse sentido, parece não bastar se entender como parte de uma comunidade tradicional, há que se esforçar para gerar relações comunais entre mulheres.

Muitas mulheres, envoltas em camadas de silenciamento acumuladas ao longo de uma existência marcada pela violência patriarcal, precisam de estímulo e companhia para falar de seus anseios, tocar em dores profundas permeadas de vitimização, culpabilização, individualização e vergonha. Silenciamentos que se somam à desesperança provocada

pela negligência do Estado em relação às suas vidas, um Estado que se desresponsabiliza do bem comum e dos laços de solidariedade.

Nesse acompanhamento ouvimos algumas vezes: “de que adianta falar, se nada muda?”. É nesse terreno calejado por tantas asperezas, silenciamentos, desconfianças, desamparos institucionais e estatais, que as lideranças precisam encontrar formas de semear desejos por uma vida mais justa para as comunidades, desejos de falar e de escutar, especialmente entre mulheres e meninas. É preciso sustentar a troca no encontro com corpos entristecidos e “cabreiros”, tarefa árdua para qualquer uma. Neste sentido, como preparar o corpo para essas trocas, sem também se entristecer?

Ainda, quando se abrem e se sentem seguras para falar de si, grande parte dos relatos são histórias de violências muito duras, que encontram eco na vivência de quase todas as mulheres das comunidades. Quase todas têm histórias de violência de gênero para contar: violências físicas, morais, sexuais, patrimoniais etc. As lideranças também têm as suas. Se constituir mulher ganha tons regionais que exasperam a sina de expropriação de seus corpos: constituir-se mulher é uma violência, que passa necessariamente por violações corporais.

De meninas que tinham seus corpos violados e se casavam com o estuprador, geralmente, algum homem conhecido; de famílias que, mesmo sabendo dos recorridos estupros dentro de suas casas, silenciavam e faziam a menina silenciar; de mulheres que, para participarem de agendas políticas, submetiam-se a estupros recorrentes por seus maridos, sob a justificativa de, em viagem, não querer procurar outro homem; de estupros que acontecem quando vão mariscar passando por territórios que antes eram comunitários e, hoje privatizados, oferecem riscos e exposições maiores. Frente a esses relatos, como preparar o corpo para fazer uma escuta tão delicada, de modo que, ao acolher as dores das companheiras, a escuta não reabra suas próprias feridas?

Desses questionamentos, se aviva o impulso de compor junto às lideranças, ferramentas de escuta que façam sentido neste universo de luta e cuidado que habitamos. Como ajudá-las a escutar sem escutar por elas? Parece uma convocação especialmente para aquelas que carregam, em suas formações, a escuta como um tema tão caro ao seu ofício. Nós, psicólogas, forjadas em conceitos fabricados em contextos tão distantes e distintos desse chão em que hoje pisamos, como podemos usar desse repertório para inventar, em conjunto, novas modalidades de escuta? Como mobilizara sina do escutar

para prescrever modos de vida e, assim, poder cultivar ouvidos aptos a escutar o manifestar de vidas e mundos em proliferação?

Como torcer as técnicas que aprendemos para que elas se transformem em ferramentas úteis no cotidiano do mangue? Ferramentas que possam ser usadas por muitas mãos, que passem de mão em mão, ficando cada vez mais enlameadas. Queremos que a escuta seja um instrumento tão habitual quanto os instrumentos de pesca artesanal utilizados pelas marisqueiras em seus dias de trabalho na maré. Mas, que escuta é essa?

Sem respostas definitivas, traçamos um plano: formar escutadeiras, defensoras do corpo-território, com intenção de nos (trans)formarmos juntas, compartilhando fazeres, modos de cuidado e nossos ofícios. Elas que nos ensinam sua artesanaria pesqueira, agora embarcam na aventura de mariscar uma escuta, habituar-se a uma escuta de corpo e território inteiros. O que mostramos, a seguir, são algumas reflexões teórico-metodológicas para conceber essa formação que está por acontecer, no escopo do OPopVida e em parceria com lideranças do MMS e mulheres de outros movimentos sociais.

Essa formação é um convite para lideranças de movimentos pela luta territorial em diferentes contextos - do campo, das florestas, das águas, indígenas, quilombolas, urbanos, etc. - para pensarmos juntas em como fortalecer a defesa de seus corpos e territórios pelo cultivo do cuidado e da escuta entre mulheres. É urgente se cuidar para não adoecer diante das violências que atingem seus corpos-territórios e, para isso, precisamos colocar o cuidado no coração dos movimentos. Iremos aprender juntas o que é preciso sentir e saber para ser uma escutadeira. Por enquanto, somos guiadas por algumas pistas-afirmações: cuidar de si é um ato coletivo e feminista; falar é um ato que se faz com confiança; e escutar é um ato que se faz com o corpo inteiro e com os pés no território.

CUIDAR DE SI É UM ATO COLETIVO E FEMINISTA

Guacira Oliveira e Jelena Dordevic (2015) assinalam que a ideia de cuidar de si, por vezes, é recebida com desconfiança dentro dos próprios movimentos feministas. Em uma sociedade na qual a palavra “autocuidado” está tão desgastada, por ter se tornado uma mercadoria ofertada para aumentar o lucro de empresas do ramo da estética, do lazer e entretenimento, do ramo farmacêutico e outras áreas da saúde; e pensada como uma

prescrição de conduta individualizada e individualizante, uma vez que no léxico do empreendedorismo de si - só você, pode fazer algo por si mesma -, marcar a necessidade de um cuidado voltado para si mesma pode causar desconfiças.

No entanto, a premissa feminista de que o “pessoal é político” indica que transformações individuais e sociais estão ligadas entre si, Que o coletivo é plano de co-engendramento entre indivíduo e sociedade (ESCÓSSIA, 2014). Reiteramos que a estratégia é marginal; no entremeio, buscamos tramar uma existência comum. Ao nos fortalecermos individualmente, fortalecemos também a coletividade. Dessa forma, cuidado de si distancia-se do autocuidado guiado pela lógica empreendedora.

É inegociável desenvolver estratégias para que as mulheres envolvidas nas lutas pela justiça de gênero e na defesa de seus povos e territórios possam sentir-se seguras e saudáveis, física e emocionalmente, considerando os tantos riscos e desafios aos quais são expostas.

Conforme bell hooks (2023), defender o “bem-estar” psíquico como arena de luta, no contexto das múltiplas violências enfrentadas pelas mulheres negras, é um ato de resistência política:

(...) antes de manter efetivamente um engajamento na luta organizada pela resistência, no movimento de libertação negra, muitas pessoas entre nós precisam passar por um processo de autorrecuperação que ajude a curar feridas individuais” (hooks, 2023, p. 22).

Apostando na comunhão e na mutualidade das trocas grupais entre mulheres negras, disponibilizando espaços de experimentação de confiança em que elas possam nomear suas dores, a autora aponta a necessidade de repensar modelos convencionais de cuidado psicológico, individualizado e individualizante. Lorena Cabnal em diálogos registrados por Claudia Korol e Luiza Dias Flores (2021) afirma:

Para nós, a cura ou as curas, no plural, também têm uma intencionalidade feminista, porque de repente hoje está na moda o autocuidado, e vamos ao spa e fazemos massagem, e tudo bem, isso cria bem-estar e relaxamento, mas mercantilizado, não é político. Também acreditamos nas abordagens profundas para movermos a raiva, a indignação, a violência sexual alojada e somatizada em nossos corpos, para vomitar essas dores, essas indignações, essas tristezas, liberá-las, porque vale a pena recuperar-nos e emancipar-nos, e reivindicar a alegria sem perder a indignação. As curas são caminhos plurais, não há uma maneira de curar, e creio que as curas entre mulheres e com mulheres convoquem a uma intencionalidade feminista, porque se não, é só autocuidado despolitizado e mercantilizado, porque hoje se vende e bastante (KOROL; FLORES, 2021, p. 24)

Da mesma forma que nos afastamos da ideia de autocuidado, propomos também problematizar a ideia de cura. Acompanhando essas mulheres em seus territórios, fica evidente que suas dores não são patologias a serem tratadas, mas sintomas-pássaros (GUATTARI; ROLNIK, 1996) que, ao bater insistentemente seus bicos no vidro de nossas janelas psi, agora as estilhaçam, voando casa adentro, bicando desesperadamente nossas cabeças, indicando a urgência de acordarmos da ‘religião moderna’ que atravessa nossas práticas científicas, prometendo um futuro promissor e confortável dado pelo homem branco colonizador, uma ‘cura’ promovida por um especialista.

As dores dessas mulheres, seus traumas “Freud não explica⁶”, pois dizem de sofrimentos efeitos iatrogênicos da cirurgia moderna compulsória que separa e hierarquiza humano e natureza, homem e mulher, cidade e campo, cidade e periferia, ciência e ancestralidade, política e clínica. Não há cura, não há retorno a um estado anterior - sempre sob o jugo da modernidade - tido como normal. O que há são possibilidades de abertura, ou o exercício comum e insistente da expansão corpo-territorial.

Também nos afastamos de uma concepção mercadológica de bem-estar, que prega cada um no seu quadrado, de preferência em condomínios, praias, rios cercados para os outros, essa sendo a única possibilidade de comum cogitada e suportada por nossas cabeças colonizadas. Ao perceber a Terra como um organismo vivo, optamos pela guiança do conceito de Bem-Viver que tem justamente como princípio a não mercantilização dos modos de vida, o respeito à ancestralidade, a solidariedade entre viventes (Acosta, 2016). Entre as pistas para o Bem-Viver, “para estar nesse mundo de uma maneira criativa”, Ailton Krenak (2020, p. 26) sugere que exercitemos uma escuta com o corpo na e da Terra: “muito provavelmente tem uma floresta, uma montanha, então tem tanta vida gritando ao seu redor. Escuta essa vida, dialoga com ela, estabelece relação com ela”, envolva-se.

Por isso, tateamos todos os dias formas de não hierarquizar conhecimentos e não nos encastelar nas disciplinas e na cidade universitária. Mas, como nos tornar capazes de escutar aquelas, humanas e outros-que-humanas⁷, que aprendemos a desqualificar, por julgarmos não entenderem nada de ciência e de clínica? Escutando os rumores do vento,

⁶ Mateus Aleluia em Fogueira Doce.

⁷ Termo utilizado por Marisol de La Cadena (2024).

o som das águas, afagando-as, tentando conhecer seus desejos, encontramos o mangue e as marisqueiras, com ele e elas nos envolvemos, transmutando uma escuta, uma ciência do cuidar, do conhecimento, inclusive do conhecimento clínico.

Dessa maneira, temos traduzido envolvimento como a tarefa urgente de sustentar os comuns existentes e de produzir comuns, importante tarefa-ferramenta de escuta e cuidado. Nesse movimento de enfiar os pés na lama, berço de morte e de vida de uma escuta, fomos exercitando abrir mão do especialismo psi para pensar uma escuta suja, transviada e desviante. A escuta como um saber que se aproxima da política dos comuns (FEDERICI, 2022), que não é de posse de ninguém, pois pertence a todas e a nenhuma. Mas vale a ressalva: vamos de encontro à ideia de comum fagocitada pela lógica capital. “Os comuns se tornaram onipresentes na linguagem política, econômica e até mesmo imobiliária de nosso tempo. [...] Quanto mais os comuns são atacados, mais são celebrados” (FEDERICI, 2022, p. 150-51). Com Silvia Federici, com as marisqueiras, defendemos comuns anticapitalistas. Comuns compreendidos como transmutação das relações sociais que passam a se basear “no princípio de compartilhamento comunal” (FEDERICI, 2022, p. 155), avesso a privatizações. “Os comuns não são coisas, mas relações sociais” (FEDERICI, 2022, p. 164). Comuns, espaços autônomos, em que se experimenta cogestão, gestão compartilhada dos problemas da vida. Comuns, sementes de si e de mundos em germinação e co-habitação.

Assim, partimos do princípio de que cuidar de si e promover a escuta entre mulheres, pode ser uma prática de produção de comuns, uma prática que já faz parte do rol de conhecimentos dessas mulheres, pois os trabalhos de reprodução e manutenção da vida já incluem o exercício da escuta: “lavar, *abraçar*, cozinhar, *consolar*, varrer, agradecer, limpar, animar, esfregar, *tranquilizar*, espanar, vestir, alimentar [...]” (LINENBAUGH, p. 13, grifos nossos), tudo isso acontece no cotidiano do cuidado; escutar, um gesto de inteireza tão presente na vida das mulheres.

Dessa forma, diferente de uma escuta “especializada”, queremos formar escutadeiras defensoras dos corpos-territórios, tomando a escuta como uma ferramenta feminista contra-colonizadora. Tomada desse modo, escutar passa necessariamente por dar passagem às mulheres dessas terras e dessas águas. Exige-se, assim, uma escuta ainda mais aguçada e ao mesmo tempo mais delicada, trançada manualmente com as artes do viver, com tempo e com troca. Com a formação de escutadeiras, desejamos abrir um

espaço-tempo para trabalhar essa artesanaria da escuta, tornando o processo de escutar menos áspero, mais fluido, mais confiante, tanto para quem escuta, quanto para quem é escutada.

Mas como formar? Como contornar o perigo dos espaços pedagógicos e sua sina de embranquecer e heteronormalizar? Uma formação feminista precisa descrever os efeitos - em nossos corpos, nossas relações sociais, nossos territórios de vida - desse projeto civilizatório-educacional que nos constitui como mulheres casadas com o patriarcado e com a colonialidade. Uma formação feminista precisa também acompanhar efeitos-subjetividade, ou seja, o tracejar e o bordejar de caminhos que nos possibilitem desaprender todo um longo histórico de aprendizagens de gênero, de raça, de classe, de faixa etária, de região que continuam operando em nós, de modo a dificultar o aprender e o cuidar como abertura das formas dadas, confinando-nos em determinados modos de existir, nos quais mulheres são entendidas sempre como faltosas, defeituosas, passíveis de perder a razão e, por isso, carecendo de governo.

As mulheres que acompanhamos no curso de escutadeiras são nordestinas, sergipanas, em sua maioria vindas de comunidades não urbanas; entre elas, jovens, adultas e velhas, algumas poucas estudantes universitárias; são mulheres negras, quilombolas, indígenas, que, advindas de movimentos sociais diferentes, agregam-se pelo objetivo de defender suas bio-regiões, seus modos de vida, seus territórios. Junto a elas, a equipe que propõe essa formação é composta também por mulheres diversas que, ao ocuparem um lugar dentro da academia – como professoras, pesquisadoras, alunas de graduação e pós-graduação de diferentes áreas de atuação – defendem e afirmam em suas práticas os pertencimentos que constituem suas múltiplas mulheridades.

Somos, em maioria, mulheres nordestinas, jovens e maduras, algumas vindas do campo, outras de comunidades pesqueiras, uma mulher negra, uma mulher indígena, uma marisqueira que compõe a equipe do OPopVida e outras duas marisqueiras convidadas especificamente para a formulação do curso de escutadeiras. É nessa trama de vidas e saberes enredados que tentamos romper com as dicotomias teoria-prática, corpo-mente, selvagem-civilizado, urbano-rural, entre outras imposições fabricadas pela colonial-modernidade.

A cidade elevou-se [...] ao lugar da civilização, ao lugar do sucesso moderno, à materialização do progresso e do desenvolvimento. A cidade identificou-se como distanciamento do camponês e, em nosso continente invadido, significa também distanciamento do indígena em oposição ao rural. A cidade se fez,

assim, como lugar privilegiado para não sermos nós mesmos [...] para tentarmos viver uma farsa de imitações do que é externo, do ‘civilizado’, do ‘desenvolvido’, do moderno-colonial (IBÁÑEZ, 2016 p. 297).

Cristina Ribas (2019) aponta a necessidade de pesquisar-nos e nos colocar na linha de invenção. É essa a linha que guia uma intervenção-formação feminista: desprender-nos da lógica civilizatória, dicotomizante e hierarquizante macho-(fêmea); adulto-(criança); branco-(negro, amarelo, vermelho); razoável-(animal); humano-(não-humano) pelo movimento de colocar em análise nossos mapas linguístico-culturais-corporais; desfazer o já feito, abrir nossos corpos para outras afetações e expressões, outros modos de perceber e sentir a si e o mundo, outras línguas e corpos, num processo que aproxima conhecimento e criação.

Nessa direção, partimos do conceito de “comunidade de aprendizagem” de bell hooks (2020) para propor com o curso uma comunidade de desapredizagens a conhecer, experimentar e criar uma “ecologia de práticas” (HARAWAY, 2023) de escuta tomadas como práticas de resistência e invenção de si pela produção de vínculos de confiança e de comuns entre mulheres, suas histórias, seus padecimentos, seus sonhos e suas alegrias. Dessa forma, estamos a fabular com mulheres um cuidado de si como um território comum, uma clínica popular, uma roda feminina e feminista que sustente silêncios e falas, uma escuta que não seja surda (BAPTISTA, 2000) ou, como elas diriam, que não seja ‘môca’ nem aos silenciamentos das mulheres, nem aos seus conhecimentos e modos de cuidar, tampouco aos rumores da Terra.

FALAR É UM ATO QUE SE FAZ COM CONFIANÇA

Ao nos debruçarmos sobre os sentidos de oferecer uma escuta, encontramos em bell hooks (2019) uma pista: a ênfase na voz. Escutar seria, em alguma medida, apoiar mulheres reiteradamente silenciadas no processo de acharem a própria voz. “Achar a própria voz não é somente o ato de contar as próprias experiências. É usar estrategicamente esse ato de contar – achar a própria voz para também poder falar livremente sobre outros assuntos” (hooks, 2019, p. 199). Achar a própria voz, contar-se, é também um movimento de desaprender, desprendendo-se de todo um longo histórico de aprendizagens de gênero, de raça e de região veiculadas pelo tecido cultural e reiteradas socialmente.

Vale lembrar que, antes da terraplanagem moderno-capitalista, mulheres

tinham as próprias atividades e compartilhavam muito da vida e do trabalho com outras mulheres. Cooperavam umas com as outras em todos os aspectos. Costuravam, lavavam, davam à luz cercadas por outras mulheres” (FEDERICI, 2019, p. 79).

A terraplanagem moderno-capitalista envolve a produção de uma mulher casada com o patriarcado e o capital, apartando-se do encontro, da amizade e da conversa com outras mulheres. Não à toa o estar entre mulheres e a produção de conhecimentos entre mulheres foi degradada, também, pela transmutação do sentido da palavra “fofoca”. O termo original em inglês, “*gossip*”, era usado para se referir a uma amiga próxima, uma camarada. Por meio da reiteração de uma narrativa que satirizava mulheres que passavam muito tempo junto a suas amigas, preferindo a companhia delas à dos maridos, “*gossip*” foi alterando seu sentido para “conversa fútil, maledicente, isto é, uma conversa que provavelmente semearia a discórdia, o oposto da solidariedade que a amizade entre mulheres implica e produz” (FEDERICI, 2019, p. 3).

Não conte! Silencie. Ainda hoje, no interior sergipano, vemos os reflexos desse trabalho de desmobilização constantemente reforçado pelas forças patriarcais quando ouvimos mulheres das comunidades dizendo que não querem falar em grupo para não “expor situações de dentro do lar”. Não é preciso dizer quem se beneficia com isso: o Estado patriarcal, os maridos e os companheiros violentadores que seguem protegidos sob a égide da intimidade. Mas então, mulheres “cabreiras” que nos constituímos, como confiar, como se expor se fomos ensinadas a desconfiar de nós mesmas? Se nossas partilhas tendem a ser tomadas como fofocas maledicentes, precisaríamos e só poderíamos falar de nossas intimidades em mais um espaço ilhado e individualizado, o consultório particular. Para além dos ares salvacionistas que a instituição da “psicoterapia individual” carrega, o que mais se entende por esse espaço? Será mesmo esse o espaço seguro que as mulheres de comunidades tradicionais procuram ou almejam?

Sobre isso, nos conta uma marisqueira: “meus filhos estão achando que meus nervos estão ruim. Aí me levaram prum psicólogo. Ele queria saber tudo de mim sem me conhecer. Aí eu disse: - Não! Para isso eu tenho um padre”. Em outra ocasião, em roda de conversa com adolescentes numa comunidade, um filho de marisqueira deixa escapulir: “Não gosto de falar com psicólogos, eles querem saber tudo de você sem querer falar nada sobre eles”. Na ocasião, a escuta envolveu um reposicionamento psi que já

estávamos experimentando: “Você sabia que nessa roda tem duas psicólogas?”. O garoto de 17 anos ficou literalmente boquiaberto. O que esse gesto estaria a nos indicar?

Assim como bell hooks (2019) sinaliza a necessidade de romper com a ideia do espaço pedagógico como “local seguro”, a marisqueira e o filho de marisqueira sinalizam a necessidade de romper o espaço psicoterapêutico como necessariamente um “local seguro”, pois os dois compõem mecanismos de saber-poder pastorais e biopolíticos, hierarquizantes, racistas e sexistas, exasperando desigualdades sociais também pela individualização, prescrevendo condutas e modos de viver ‘coloniais-modernos’.

Como antídoto para a assepsia dos *settings* terapêuticos - que defendem uma tentativa de neutralidade por parte de um especialista, a fim de possibilitar uma escuta “limpa”, livre de ruídos, somada a uma atitude confessional da pessoa escutada - retomamos a ideia de envolvimento. Envolvimento, presença, entrega. Outra marisqueira disse uma vez que, para ela, a sensação de estar com o corpo imerso na lama catando mariscos não é algo que considera agradável, mas diz que, no encontro entre corpo e lama, “o bom é a entrega - quando você está lá, você se entrega”. Pensamos que, de certa forma, escutar também é assim: nem sempre é bom, muitas vezes é difícil, mas é uma experiência de entrega.

Escutar requer uma profunda abertura ao desconhecido, um mergulho em águas turvas - o encontro com a outra pessoa, seus modos de sentir, perceber o mundo, permitir-se acompanhar a outra e assumir traços dessa outra, outrar-se nesse acompanhar. Não é possível escutar com inteireza se, ao olhar a outra, tentamos ver nossos próprios reflexos. Escutar resistindo ao ímpeto de comparar, traduzir, usar soluções conhecidas para rapidamente resolver a questão é a verdadeira entrega. Entregar-se ao ato de atravessar o desconhecido juntas. Falar e escutar são exercícios de confiança, de andar juntas por terrenos incertos para em parceria abrir os melhores caminhos, sentir segurança no apoio da outra e não nos oferecidos por agentes estatais, encontrar saídas coletivas, sem imposições.

Muitas vezes, ao nos depararmos com o desconhecido, acabamos nos agarrando nas próprias certezas - nas formas conhecidas de resolução de problemas, nos caminhos já trilhados. E assim tentamos levar a outra pelos caminhos que conhecemos em vez de ajudá-la a trilhar seus próprios, sem abrimo-nos, ambas, a singularizações. Sem dúvida, é possível mostrar e ofertar trilhas já conhecidas, ver se fazem sentido, mas escutar tem

mais a ver com ajudar a carregar o problema do que apressar-se em resolvê-lo. É preciso emprestar corpo para dividir o peso: escutar com o corpo inteiro, não furtar nossos corpos especialistas da imersão, nada agradável, na lama turva da vida, esse berço emaranhado de vida e de morte.

ESCUTAR É UM ATO QUE SE FAZ DE CORPO INTEIRO E COM OS PÉS NO TERRITÓRIO

Ao lado das marisqueiras, na defesa dos seus territórios lamaçais que estão sendo cada vez mais e mais acimentados e cercados, também aprendemos sobre os ritmos e os tempos de cada comunidade, de cada mulher. Assim como existe o tempo da maré, ao qual seus corpos já se habituaram, há o tempo da escuta. A escuta exige um envolver-se e também um demorar-se; ela desdobra-se num exercício de escavar por entre o tempo histórico - das violências, dos silenciamentos e sofrimentos, das segregações e cercamentos - o tempo do devir, o tempo de acompanhar uma processualidade desejante, um tornar-se mulher, um inventarmo-nos juntas, envolvidas com as questões e os viventes dos territórios sergipanos.

Muitas vezes, na intenção de ajudar uma companheira, há o desejo de fazê-la prontamente enxergar por outros olhos, que ainda não são os dela. Ela se encontra em uma situação de violência, mas não percebe a gravidade, emaranhada numa rede forjada pela normalização do domínio patriarcal. Perceber-se violentada é um processo que pode ser doloroso e, por isso, é comum naturalizar, amenizar, se culpabilizar, esconder das outras e de si mesma o tamanho dessa dor. A companheira que escuta, sente que precisa convencer a outra, puxá-la com força da armadilha onde está entranhada, para que possa enxergar e sentir tudo de uma nova perspectiva.

No entanto, salvo em situação de risco iminente, uma boa escuta, muitas vezes, leva tempo. Não é sempre sobre usar os braços para puxar a companheira, mas sobre mantê-los abertos, prontos para abraçá-la quando ela conseguir chegar.

Um lugar em que escutar se encontra com contra-colonizar, ensaiando singelos gestos clínicos transdisciplinares, ou melhor, nada disciplinares, populares. Tatear uma escuta com os ouvidos plantados nos territórios vivos dessas mulheres, um lugar para acompanharem-se, compartilharem suas estórias, seus modos cotidianos de gerar cuidados - das lutas macropolíticas às batalhas infinitesimais com que filha, mãe, avó

enlaçam ação político-clínica e desaguam com outras mulheres menos nucleares. É que “não se trata somente de distribuição da renda, trata-se, principalmente, da distribuição de afetos. Nós precisamos ter afetos com a existência, com a experiência da vida” (KRENAK, 2023, p. 64), da vida das mulheres e de seus territórios lamaçais. Envolver-nos, escutarmos, respondermos “à dureza do mundo com o movimento que a água faz: [...] quando encontra uma resistência muito forte, muito dura, ela forma uma cachoeira maravilhosa. Ela explode em energia que se espalha na atmosfera” (KRENAK, 2023, p. 73).

Inventar esse fazer das escutadeiras é uma artesanania, aproxima-se de um fazer manual, como costurar e trançar, fazer nós em redes, bordar. Para quem tem no tato um sentido tão afiado para catar sururu, maçunim e ostras na lama, fazer paralelos entre a escuta e outros sentidos do corpo parece um caminho interessante de produção de conhecimento, de criação e experimentação de uma clínica outra. Escutar é diferente de só ouvir, envolve também outros sentidos. Enquanto nas epistemologias ocidentalizadas, a visão costuma ser o sentido privilegiado de apreensão da realidade, em sociedades africanas, como os povos iorubás, o mundo é compreendido por uma multiplicidade de sentidos, ancorados na audição (OYEWUMI, 2021).

Oyeronke Oyewumi (2021) defende a importância da audição por seu caráter penetrante. A visão está sempre direcionada para o que está à frente, não pode dobrar a esquina. E, na escuta com envolvimento, é sempre preciso fazer curvas, ver com outros sentidos, pensar com os pés, escutar de corpo plantado no território.

Mais fundamentalmente, a distinção entre os povos iorubás e o Ocidente, simbolizada pelo foco em diferentes sentidos na apreensão da realidade, envolve mais do que a percepção – para os povos iorubás e, na verdade, para muitas outras sociedades africanas, trata-se de “uma presença particular no mundo – um mundo concebido como um todo, no qual todas as coisas estão ligadas”. Refere-se aos muitos mundos que os seres humanos habitam; não privilegia o mundo físico sobre o metafísico. Um foco na visão como o principal modo de compreender a realidade eleva o que pode ser visto sobre o que não é aparente aos olhos; perde os outros níveis e as nuances da existência. (OYEWUMI, 2021, p. 44)

Mas, afinal, o que difere o ato de ouvir do ato de escutar? A diferença está na atenção que se dá àquilo que chega aos ouvidos. Aquém e para além de ouvir para decodificar, escutar, abrindo-se à experiência. Existem diferentes modos de escuta, aos quais podemos incluir a escuta clínica, mas não apenas ela. Com intuito de nomeação e diferenciação, podemos pensar a escuta das escutadeiras defensoras do corpo-território

como uma “escuta cuidadora” e como um cuidado com a escuta. Mas como funciona uma escuta que cuida?

Nesse terreno de invenções, estamos ensaiamos os primeiros passos. Mas podemos apostar que fazer uma escuta cuidadora envolve um esforço para desenvolver uma atenção às miudezas. Pescar, naquilo que é dito, saídas possíveis em meio às agonias do viver. Emprestar suas próprias ferramentas, sim, mas sem impor seus modos de uso. Mesmo quando compartilhamos o mesmo rio, talvez até o mesmo barco, algumas irão preferir remar de pé, mesmo que a maioria goste de remar sentada. Assim, a escuta se dá pela “troca simbólica do dar-receber-devolver, aberta ao encontro e à luta na diversidade” (SODRÉ, 2017, p. 24) e não apesar da diversidade. O que se busca é ressaltar e valorizar a singularidade de cada uma na composição de uma coletividade plural, como nas colchas de retalhos, em que a beleza reside no contraste e na justaposição de cores, sem buscar qualquer padronização (COLLINS, 2019).

O que almejamos nesse processo (trans)formativo é abraçar divergências, vozes dissonantes, variados ritmos e tons; produzir comuns por meio da escuta, retomando a corresponsabilidade, ou como diria Donna Haraway (2023), a “respon-habilidade”, pois “no coração dos comuns existe um profundo senso de responsabilidade em relação às outras pessoas e à terra [...] criar comum é juntar as partes da vida social que foram fragmentadas pelo capitalismo” (FEDERICI, 2022, p. 21). Da mesma maneira que fragmentaram nosso corpo, sabemos que não é possível conceber uma escuta incorpórea, aérea, laboratorial, feita do alto, que esquece dos pés apoiados no chão. Felizmente não é difícil, junto às marisqueiras e outras mulheres de comunidades tradicionais, lembrar da importância de todos os sentidos no exercício da escuta. O cuidado entre elas tem cheiro de ervas que ativam o olfato, são cuidados que entram pela boca em forma de chás, que banham os pés e o corpo com todo o conhecimento ancestral do uso de plantas medicinais.

Nas ervas, no toque, nas caminhadas e remadas lado a lado, está em exercício uma sensibilidade preciosa para a escuta, não só o ato de escutar a voz e as histórias das outras, mas também aguçar os sentidos para outras escutas, de percepção do corpo, dos sentires e de presenças que escapam à racionalização do pensamento eurocêntrico, acadêmico, clínico hegemônico. Forças intensivas irradiam e se manifestam aquém e para além do

(...) mero circuito da fala - escrita ou oral - entre um locutor e um ouvinte, uma vez que o discurso abrange os vivos e os mortos como parte de um processo que funda e atravessa continuamente os sujeitos, tanto ‘pessoas’ quanto ‘não pessoas’ (SODRÉ, 2017, p. 83).

Considerações circulares

Mestre Nêgo Bispo (2023, p. 66) consegue pôr em palavras o que desaprendemos ao acompanhar essas mulheres que compõem “povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim”. Elas nos auxiliam a ver e escutar “de forma circular, pensamos e agimos de forma circular e, para nós, não existe fim, sempre demos um jeito de recomeçar” (BISPO, 2018, s/p). Assim como elas sempre dão um jeito de recomeçar, estamos a caçar jeito de retomar⁸ nossas práticas político-clínicas. Começo-meio-começo em retomada.

Desse modo, findamos essa escrita, firmando uma aposta nesse alinhavo de entremeio, tramando o que ainda está por vir: a formação de escutadeiras e defensoras do corpo-território. Uma proposta cultivada entre e com mulheres, que ainda está em fase de fazer brotar seus primeiros ramos. Esperamos, ou esperamos, que esses ramos cresçam, espalhados e selvagens, como raízes de mangues ou como mangabeiras, dispersando sementes e ramificando experimentações para reflorestar nossos modos de cuidar, nossos modos de escutar.

Uma escuta cuidadora feminista territorial é uma trama complexa que, nesse artigo, foi pensada pelo trançar de três fios condutores: resistir aos especialismos para conceber uma escuta feminista e contracolonial; exercitar a confiança e retomar os vínculos pessoais-políticos entre mulheres para recuperar vozes silenciadas; e aguçar a escuta em conjunto com outros sentidos, outros sentires e em comunhão com a terra e as águas. Escrever esse texto nos fez cultivar olhos de ver, ouvidos de ouvir e todos os sentidos voltados para a pista-afirmação de que esse recomeçar a escutar é salvaguardar comuns existentes e gerar novos comuns entre e com mulheres.

Sobre o artigo:

Recebido: 09 de agosto de 2024

Revisado: 25 de outubro de 2024

Aceito: 25 de março de 2025

⁸ No sentido da retomada que Isabelle Stengers (2023) toma emprestado, inspirada nas bruxas e ativistas neopagãs, especialmente na bruxa Starhawak como também nos movimentos indígenas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 3ªed. São Paulo: Autonomia Literária/ Elefante, 2016.

BAPTISTA, L. A. **A fábrica de interiores**: A formação psi em questão. Niterói: EdUFF, 2000.

BISPO, Nêgo. **Somos da terra**. Belo Horizonte: Piseagrama, número 12, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>

_____. **A terra dá a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

_____. **Trajetórias**. Itaú cultural. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tqt9BnrolFg>. Acesso em 07 de março de 2025.

CADENA, Marisol. **Seres-terra**: cosmopolíticas em mundos andinos. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2024.

COLLINS, Patricia. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIDI-HUBERMAN, G; BENEVIDES, F. **Radical, radicular** / revolver as imagens, por a terra em transe. Coleção pandemia Crítica, N-1 Edições, São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/25>.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

GUATTARI, F.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 7 Ed. rev. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthluceno. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania; JIMÉNEZ, M. B. (orgs). **Corpos, territórios e feminismos**: compilação Latino-americana de Teorias, Metodologias e Práticas Políticas. Editora: Elefante. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

_____. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

_____. **Irmãs do inhame**: mulheres negras e autorecuperação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

IBÁÑEZ, M. R. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, G.; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, J. (orgs).

Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

KOROL, Claudia.; FLORES, Luiza. **Feminismo Comunitário de Iximulew-Guatemala**: diálogos com Lorena Cabnal. Hawò, Goiânia, v. 2, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Disponível em www.culturadobemviver.org, 2020.

_____. **Um rio, um pássaro**. Rio de Janeiro: Dante Editora, 2023.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LINENBAUGH, P. Prefácio. In: Federici, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

ESCÓSSIA, Liliana. **O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

OLIVEIRA, Guacira; DORDEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas**: tecendo redes para a resistência feminista. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria: Brasília/DF, 2015.

OYEWUMI, Oyeronke. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RIBAS, Cristina. **Feminismos Bastardos. Feminismos Tardios**. São Paulo: N-1 edições. 2019.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

VASCONCELOS, Michele; LAZZAROTTO, Gislei; PAULON, Simone; OLIVEIRA, Sandra. **Costura Político-Clínica por um Cuidado Feminista**: Relato de Experiência. Estudos e Pesquisas em Psicologia, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1752–1773, 2022.